Faculdade de Direito de Lisboa

SLL - INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I/ NOITE 1ª ÉPOCA/ 2011

SUB-TURMAS 4 e 6

Casos práticos sobre Integração de lacunas

Caso Prático n.º 1

Natália, a mais recente vencedora do euromilhões, decidiu realizar um dos sonhos da sua vida, que era adquirir um automóvel da marca *porsche*. Para tal dirigiu-se ao stand de automóveis, e escolheu o descapotável vermelho *porsche boxster S* (já se estava a ver a passear na ponte Vasco da Gama ao volante do seu vermelhinho!).

O vendedor do automóvel, António, insistiu na necessidade de escritura pública para a concretização da venda, atendendo a que os automóveis são bens sujeitos a registo e também muitos deles são bem mais caros que alguns bens imóveis. Natália, considera haver um excesso de forma se a celebração deste contrato de compra e venda for feita através de escritura pública, atendendo ao disposto nos artigos 875 e 219 do CC.

Quid iuris?

Caso Prático n.º 2

Foi disponibilizada no sítio da *Internet* da imprensa Nacional – Casa da Moeda uma lei que determinava, no respectivo art.4 a elevação da taxa do IVA para 40 % no que respeita à “venda de bebidas açucaradas.

Segundo uma circular assinada por um responsável da direcção Geral dos Impostos, a nova taxa deve aplicar-se à venda de “bolos, gelados, rebuçados, chocolates e produtos similares, uma vez que a razão da lei também os abrange: penalizar o consumo de alimentos que prejudicam a saúde”.

Quid Juris?

Caso Prático n.º 3

Alexandra e Julieta no dia 20 de Maio de 2005 celebraram um contrato mediante o qual se constitui a favor da primeira o direito de fazer piqueniques semanais num prédio rústico de que a segunda era proprietária. Tendo convencionado neste contrato que o direito de Alexandra teria natureza real.

Decorridos 5 anos, Julieta vendeu o prédio a Charles, que exige que Alexandra deixe de o usar. O que esta contesta dizendo que: o seu direito sendo real, goza de eficácia absoluta, e por isso é oponível a qualquer pessoa. Em todo o caso, invoca ainda que, mesmo que assim não fosse, dada a semelhança com possíveis conteúdos de uma servidão predial, sempre gozaria da protecção conferida aos direitos reais.

Quid iuris?

Caso Prático n.º 4

Tiago entrou sem autorização na garagem de Ricardo, apoderando-se do seu automóvel. Duas semanas mais tarde, arrependido, devolveu o veículo ao proprietário, embora com algumas amolgadelas.

Ricardo, procedeu a queixa criminal pelos factos descritos e um ano mais tarde, em sede de julgamento, Tiago foi condenado pela prática de furto.

Porem o juiz atenuou especialmente a pena nos termos do art. 206 n.º 3 do Código Penal, que prevê tal possibilidade se ocorrer uma restituição parcial da coisa furtada até ao início da audiência de julgamento em 1ª instância. Na sentença, admitia-se que se verificara uma restituição da coisa inteira (embora com perda de qualidades), e não uma restituição parcial como prescreve a lei, mas consideraram-se as situações equivalentes.

Ricardo pretende recorrer da decisão, com fundamento em que houve uma aplicação analógica da lei penal, o que é proibido no nosso ordenamento jurídico.

Quid Juris?